



Art. 24. É condição fundamental para viabilizar o exercício do controle social e garantir os direitos socioassistenciais o estímulo à participação e ao protagonismo dos usuários nos Conselhos e Conferências de Assistência Social.

Art. 25. O estímulo à participação dos usuários pode se dar a partir de articulação com movimentos sociais e populares e ainda a organização de diversos espaços tais como: fórum de debate, comissão de bairro, coletivo de usuários junto aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Seção IV

Da Representação do Município nas Instâncias de Negociação e Pactuação do SUAS

Art. 26. O Município deve buscar ser representado nas Comissões Intergestores Bipartite - CIB e Tripartite - CIT, instâncias de negociação e pactuação dos aspectos operacionais de gestão e organização do SUAS, respectivamente, em âmbito estadual e nacional, pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social - COEGEMAS e pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS.

CAPÍTULO V

DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS, DOS SERVIÇOS, DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS PROJETOS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA

Seção I

Dos Benefícios Eventuais

Art. 27. Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias prestadas aos indivíduos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública, na forma prevista na Lei Federal nº 8.742, de 1993.

Parágrafo Único. Não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social as provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios vinculados ao campo da saúde, da educação, da integração nacional, da habitação, da segurança alimentar e das demais políticas públicas setoriais.

Seção II

Dos Serviços

Art. 28. Serviços socioassistenciais são atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei nº Federal 8742, de 1993 e na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Seção III

Dos Programas de Assistência Social

Art. 29. Os Programas de Assistência Social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.

Seção IV

Projetos de Enfrentamento à Pobreza

Art. 30. Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio ambiente e sua organização social.

Seção V

Da Relação com as Entidades de Assistência Social

Art. 31. São Entidades e Organizações de Assistência Social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei Federal nº 8.742, de 1993, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

Art. 32. As Entidades de Assistência Social e os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais deverão ser inscritos no CMAS para que obtenha a autorização de funcionamento no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, observado os parâmetros nacionais de inscrição definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

Art. 33. Constituem critérios para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais:

- I. executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;
- II. assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;
- III. garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos em benefícios socioassistenciais;
- IV. garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 34. As Entidades ou Organizações de Assistência Social no ato deverão comprovar:

- I. ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída;
- II. aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- III. elaborar plano de ação anual;
- IV. ter expresso em seu relatório de atividades:
 - a) finalidades estatutárias;
 - b) objetivos;
 - c) origem dos recursos;
 - d) infraestrutura;
 - e) identificação de cada serviço, programa, projeto e benefício socioassistencial executado.

Parágrafo Único. Os pedidos de inscrição observarão as seguintes etapas de análise:

- I. análise documental;

- II. visita técnica, quando necessária, para subsidiar a análise do processo;
- III. elaboração do Parecer da Comissão;
- IV. pauta, discussão e deliberação sobre os processos em reunião plenária;
- V. publicação da decisão plenária;
- VI. emissão do comprovante;
- VII. notificação à entidade ou organização de Assistência Social por oficial.

CAPÍTULO VI

DO FINANCIAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 35. O financiamento da Política Municipal de Assistência Social é previsto e executado através dos instrumentos de planejamento orçamentário municipal, que se desdobram no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo Único. O orçamento da SEDES deverá ser inserido na Lei Orçamentária Anual, devendo os recursos alocados no Fundo Municipais de Assistência Social serem voltados para operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 36. Caberá ao órgão gestor da SEDES responsável pela utilização do respectivo Fundo Municipal de Assistência Social o controle e o acompanhamento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, por meio dos respectivos órgãos de controle, independentemente de ações do órgão repassador dos recursos.

Parágrafo Único. Os entes transferidores poderão requisitar informações referentes à aplicação dos recursos oriundos do seu fundo de assistência social, para fins de análise e acompanhamento de sua boa e regular utilização.

CAPÍTULO VII

DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Seção I

Da Definição e Finalidade

Art. 37. O Fundo Municipal de Assistência Social, vinculado ao CMAS é instrumento de apoio e suporte técnico financeiro para o desenvolvimento da Política Municipal de Assistência Social, mediante programas, projetos e serviços.

Seção II

Das Receitas

Art. 38. Constituem receitas do Fundo Municipal de Assistência Social:

- I. dotações consignadas anualmente no Orçamento do Município e Créditos Suplementares que lhe forem destinados;
- II. repasse de recursos financeiros de órgãos federais e estaduais;
- III. receitas de convênios, visando atender aos objetivos do Fundo;
- IV. contribuições voluntárias e doações oriundas de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, bem como de organismos nacionais e internacionais;
- V. legados;
- VI. resultados de suas aplicações financeiras;

VII. quaisquer outras receitas eventuais aos objetivos do Fundo.

Art. 39. A utilização dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social será realizada com observância das normas e competências dos sistemas de administração financeira e orçamentária.

Art. 40. As Receitas próprias advindas em relação ao art. 11, serão utilizadas no pagamento de despesas inerentes aos objetivos do Fundo e empenhadas à conta das dotações da unidade de despesa do Conselho Municipal de Assistência Social.

Seção III

Das Aplicações das Receitas

Art. 41. Os recursos do Fundo de Assistência Social terão as seguintes aplicações:

- I. apoio técnico e financeiro aos Programas, Projetos e Serviços de assistência social, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social;
- II. capacitação de recursos humanos e desenvolvimento de estudos e pesquisas, atendidas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 42. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 26 de março de 2018.

JOSÉ SLOBODA

Prefeito Municipal



DECRETOS

DECRETO nº. 112/2018

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor JOSÉ SLOBODA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, incisos X, XI e XXVI da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Artigo 1º. EXONERA, a pedido, com base no Protocolo Geral sob nº. 03531/2018, do cargo em provimento efetivo de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**, nomeada que fora através do Decreto nº. 384/2016, a Senhora **BRENDA TARSIS NOGUEIRA BAPTISTA**, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.233-5 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXXXXX.989-33.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 22 de março de 2018.

JOSÉ SLOBODA

Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

AMÁLIA CRISTINA ALVES
Secretaria Municipal de Saúde

DECRETO nº. 113/2018

Súmula: Estabelece a forma de amortização do Déficit Técnico do RPPS do Município de Jaguaraiava e dá outras providências.

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, JOSÉ SLOBODA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e em especial o estabelecido no artigo 3º da Lei Municipal nº. 2040/2009,

DECRETA

Art. 1º. A amortização do Déficit Técnico do RPPS - Regime Próprio de Previdência Social do Município de Jaguaraiava - PR para os exercícios seguintes será feito através de aporte financeiro no valor de **R\$ 3.215.552,29 (três milhões, duzentos e quinze mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e vinte e nove centavos)**, conforme resultado da avaliação atuarial relativo a data base de 31/12/2016, elaborado pela empresa Actuary Services Atuariais.

Art. 2º. A amortização do Déficit Técnico do RPPS - Regime Próprio de Previdência Social do Município de Jaguaraiava - PR para os exercícios seguintes será feito através de aportes financeiros anuais conforme resultado da avaliação atuarial relativo a data base de 31/12/2016, elaborado pela empresa Actuary Services Atuariais, a saber:

ANO	APORTE - R\$
2018	3.697.885,14
2019	4.180.217,98
2020	4.662.550,83
2021	5.144.883,67
2022	5.627.216,52
2023	6.109.549,36
2024	6.591.882,20
2025	7.074.215,05
2026	7.556.547,89
2027	8.038.880,74
2028	8.521.213,58
2029	9.003.546,42
2030	9.485.879,27
2031	9.968.212,11
2032	10.450.544,96
2033	10.932.877,80
2034	11.415.210,65
2035	11.897.543,49
2036	12.379.876,33
2037	12.862.209,18
2038	13.344.542,02
2039	13.826.874,87
2040	14.309.207,71
2041	14.791.540,55
2042	15.273.873,40
2043	15.756.206,24

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 27 de março de 2018.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

NARA CISELLE BUENO
Secretária Municipal de Planejamento

VALDEMIR FERREIRA
Presidente do IPASPMJ



PROCURADORIA GERAL

JULGAMENTO. Autos nº8544/2017, Assunto: Ocorrência no Hospital Municipal Carolina Lupion.

1. RELATÓRIO. Vistos, relatos e tomadas às demais providências necessárias nos presentes autos, verifiquei que: Trata-se do procedimento de sindicância instaurado pelo decreto nº 642/2017 para apurar fatos ocorridos no Hospital Carolina Lupion, registrado pelo Protocolo Geral 8544/2017 com os referidos conhecimentos das declarações dos servidores que tiveram o conhecimento do ocorrido, Sr Carlos Sampaio, Raquel dos Passos de Oliveira, Pedro Henrique Rumpf, cujos descritivos indicam boletim de ocorrência realizado pelo médico Dr Josué, Designado a Comissão Administrativa Disciplinar Permanente por meio do Decreto 005/2018 para apurar os fatos, realizado mediante a oitiva dos depoimentos, O procedimento teve o seu início mediante o registro do Protocolo Geral 8544/2017, que instrui com a declaração da direção do hospital, (...). Diante do Protocolo foram autuados os documentos pertinentes, bem como a juntada do boletim de ocorrência realizado pelo profissional Dr Josué junto a Delegacia de Polícia. Instaurado o processo, realizou-se a instrução do mesmo, com a oitiva das testemunhas com os interrogatórios assim transcritos - [...] Realmente, a insuficiência de provas possui o efeito de desqualificar a acusação, que devido a ocorrência baseou-se unicamente no achismo diante da exposição que se basearam os depoimentos apenas na incerteza do médico estar ou não dormindo na sala de estar. As demonstrações claras do conjunto probatório, se baseiam na ausência do médico na sala de atendimento na chegada do vereador Sr Mauro, que assim informou que foi chamado por pessoas que encontravam-se no local aguardando pelo atendimento. [...] Houve um ígneo contato entre ambos devido a questionamentos que o vereador fez ao médico em razão dos atendimentos em atrasos, justificado este que a ausência no atendimento momentâneo advindo devido a sua ausência para um lanche e posteriormente dirigido a sala de estar para fazer suas necessidades humanas. Não havendo nesse sentido nenhuma prova de que o vereador Mauro tivesse aproximado do estar do médico, entrado na sala, ou até encontrado dormindo. [...] **2. FUNDAMENTAÇÃO.** Pels questões instruídas pelo procedimento Administrativo, razões adotadas como fundamento a este julgamento Abstra-se dos autos, que a denúncia apresentada a sindicância, não se provou a existência do descumprimento do dever funcional, que sendo observados os requisitos quantitativos e qualitativos, associados aos rendimentos elaboração do conjunto probatório dos trabalhos e resultados do processo, revelou inexistir descumprimento a Lei Municipal 2155/2010. Que notadamente devido a pronúnciação do próprio vereador Mauro, acato a disposição da sugestão ao planejamento dos estudos a aprimorar os atendimentos e consultas no hospital municipal, com providências na operação dos atendimentos com menor impermanência possível dos pacientes ao local. **3. DISPOSITIVO.** 1. ACATO o relatório da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, conforme o art. 170 da Lei nº 2155/2010; 2. APROVO o Parecer (jurídico), parte integrante desta decisão, que opina pelo arquivamento da presente sindicância; 3. JULGO improcedente a presente sindicância, em razão da inexistência de provas, após as determinações, arquivar-se, 5. DETERMINO, a vista do presente julgamento, seja dada a publicidade necessária ao ato, através de publicação na Imprensa Oficial do Município, bem como determinando a Direção do Hospital Carolina Lupion, juntamente com a Secretaria Municipal de Saúde para que apresente um planejamento e estudo para aprimorar a brevidade dos atendimentos e consultas dentro do Hospital Carolina Lupion. Cumpra-se Jaguaraiava, 05 de março de 2018, JOSÉ SLOBODA, PREFEITO